



**ACÓRDÃO Nº874/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11621/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Satiro Machado Vidal (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7622/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Satiro Machado Vidal, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN, exercício de 2018;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Satiro Machado Vidal** no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.3. De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar Multa**, ao **Sr. Satiro Machado Vidal**, em razão do atraso no envio dos balancetes referente aos meses de janeiro, fevereiro, março,



**ACÓRDÃO Nº874/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

abril, maio, agosto e setembro, totalizando o valor de **R\$ 11.947,60** (1.706,80 x7), nos termos do art. 308, I, "a" do Regimento Interno, considerando que a impropriedade não foi sanada, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Dar ciência** ao Sr. Satiro Machado Vidal da presente decisão;
- 10.5. Dar ciência** ao Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - Impan da presente decisão;
- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Setembro de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral